

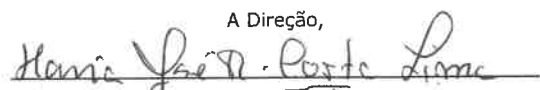
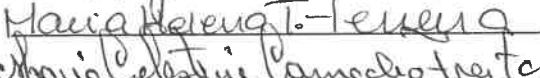

Balanço em 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2017	31 Dez 2016	Variação
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		1576747,38	1592969,29	-1,02%
Bens do património histórico e cultural		0	0	0,00%
Propriedades de investimento		0	0	0,00%
Ativos intangíveis		0	0	0,00%
Investimentos financeiros		5350,08	3461,18	54,57%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0	0	0,00%
		1582097,46	1596430,47	-0,90%
Ativo corrente				
Inventários		4504,21	3516,71	28,08%
Clientes		600	1290	-53,49%
Adiantamentos a fornecedores		0	0	0,00%
Estado e outros entes públicos		0	0	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0	0	0,00%
Outras contas a receber		8641,42	18820,79	54,09%
Diferimentos		2720,49	780,26	248,66%
Outros ativos financeiros		0	0	0,00%
Caixa e depósitos bancários		460100,53	444666,46	3,47%
		476566,65	469074,22	1,60%
Total do Ativo		2058664,11	2065504,69	-0,33%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		1451,28	1451,28	0,00%
Excedentes técnicos		0	0	0,00%
Reservas		15000	15000	0,00%
Resultados transitados		1947737,26	1959069,11	-0,58%
Excedentes de revalorização		0	0	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		-71022,49	-11331,85	526,75%
Total dos fundos patrimoniais		1893166,05	1964188,54	-3,62%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0	0	0,00%
Provisões específicas		0	0	0,00%
Financiamentos obtidos		0	0	0,00%
Outras contas a pagar		0	0	0,00%
		0	0	0,00%
Passivo corrente				
Fornecedores		8278,63	6405,15	29,25%
Adiantamentos de clientes		0	0	0,00%
Estado e outros entes públicos		24288,18	22623,67	7,36%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0	0	0,00%
Financiamentos obtidos		0	0	0,00%
Diferimentos		0	0	0,00%
Outras contas a pagar		132931,25	72287,33	83,89%
Outros passivos financeiros		0	0	0,00%
		165498,06	101316,15	63,35%
Total do Passivo		165498,06	101316,15	63,35%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		2058664,11	2065504,69	-0,33%

(1) - Euro

A Direção,

A Contabilista Certificada,


 Soraia Pereira CC: 17014

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2017	2016	
Vendas e serviços prestados		367260,26	327653,64	12,09%
Subsídios, doações e legados à exploração		1033326,97	1034528,66	-0,12%
Variação nos inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0	0	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-67039,43	-62522,17	-7,23%
Fornecimentos e serviços externos		-251219,68	-220431,6	-13,97%
Gastos com o pessoal		-1161347,51	-1041430,7	-11,51%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		152813,72	158917,48	-3,84%
Outros gastos e perdas		-100270,4	-162203,79	38,18%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-26476,07	34511,52	-176,72%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-45416,29	-46300,94	1,91%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-71892,36	-11789,42	-509,80%
Juros e rendimentos similares obtidos		869,87	457,57	90,11%
Juros e gastos similares suportados		0	0	0,00%
Resultados antes de impostos		-71022,49	-11331,85	-526,75%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		-71022,49	-11331,85	-526,75%

(1) - Euro

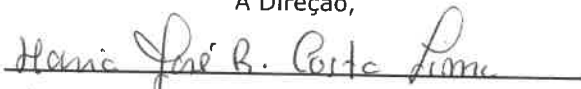


TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/1

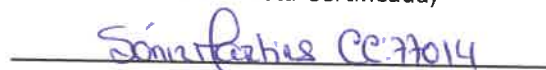
quarta-feira, 4 de julho de 2018

Licenciado a Centro Social da Divina Providencia

A Direção,

A Contabilista Certificada,



Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

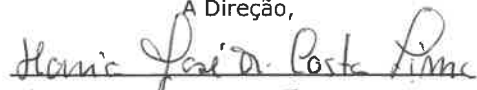
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

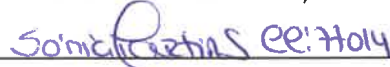
RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2017	2016	Variância
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes	11	367.950,26	327.013,64	12,52%
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores	11	-302.211,22	-258.204,75	17,04%
Pagamentos ao pessoal	12	-1.161.351,51	-1.073.924,59	8,14%
Caixa gerada pelas operações		-1.095.612,47	-1.005.115,70	9,00%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00	0,00%
Outros recebimentos/pagamentos	16	1.139.371,05	1.094.295,72	4,12%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		43.758,58	89.180,02	-50,93%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	4	-29.194,38	-88.065,55	133,15%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares	8	869,87	457,57	90,11%
Dividendos		0,00	0,00	#DIV/0!
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-28.324,51	-87.607,98	132,33%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00	0,00%
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		15.434,07	1.572,04	881,79%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período		446.238,50	446.238,50	200,00%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		460.100,53	444.666,46	3,47%

(1) - Euro

A Direção,


 Maria Helena T. Ferreira
 Maria Celestino Camacho Freitas

A Contabilista Certificada,


 Sónia Pereira



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

**EXERCÍCIO ECONÓMICO DE
2017**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
PERÍODO ECONÓMICO DE 2017**

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da entidade:

Centro Social da Divina Providência

NIF: 501 503 340

1.2 Sede:

Rua do Bom Samaritano, 74

2495-439 Fátima

1.3 Natureza da actividade:

O Centro Social da Divina Providência é uma Instituição fundada pela Congregação Religiosa denominada Fraternidade Franciscana da Divina Providência, à qual pertence. Sendo como tal uma IPSS, com a natureza de Fundação, cuja actividade principal se insere no apoio social a pessoas portadoras de deficiência mental, desenvolvido na resposta social de Lar Residencial e o apoio social à Infância e família, desenvolvido na resposta social de Creche.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Identificação do referencial contabilístico para a preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) aprovadas pelo DL. n.º 98/2015 de 02/06.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de demonstrações financeiras (Portaria n.º 220/2015 de 24/07), o Código de Contas (Portaria n.º 220/2015 de 24/07) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) (Aviso n.º 8259/2015).

Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem às adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) nº. 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro.

Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento nº. 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e respetivas Interpretações (SIC e IFRIC);

2.1 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

1.1. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

No decurso do exercício em análise procedeu-se ao registo da informação em conformidade com a NCRF-ESNL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, isto é, as demonstrações financeiras de 2016 foram apresentadas de acordo com a norma supra referida.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 Principais políticas contabilísticas

Bases de apresentação usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras da Instituição, foram preparadas de acordo com a NCRF_ESNL, que a seguir se identificam:

Continuidade:

O Centro Social da Divina Providencia não pressupõe, no futuro, alterações significativas nas políticas contabilísticas utilizadas, pelo que, as demonstrações financeiras continuaram a ser elaboradas de acordo com o princípio da continuidade.

Regime do acréscimo:

As transacções encontram-se contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas rubricas «Outras Contas a Receber e a pagar» e «Diferimentos».

Consistência:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes com o relatado no exercício económico anterior, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela natureza da sua materialidade. A materialidade depende da quantificação, omissão ou erro. A informação é materialmente relevante se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras apresentadas.

Compensação:

É importante que os activos e passivos sejam relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, não devendo ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. A elaboração das Demonstrações Financeiras deve respeitar o princípio da continuidade e consistência ao longo do tempo. A alteração das políticas contabilísticas utilizadas, origina que as quantias comparativas devam ser reclassificadas de acordo com a sua natureza e que seja divulgado a razão da sua reclassificação.

Acontecimentos subsequentes:

Os acontecimentos subsequentes após a data de balanço que proporcionarem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorreram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras se considerados materiais.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

a) Políticas de Reconhecimento

Activos Fixos Tangíveis

Os ativos Fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, com exceção de alguns imóveis, conforme descrito na nota 4.1. deste Anexo. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, assim como quaisquer outros custos associados à compra do ativo.

As depreciações são calculadas, considerando a data de utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Cientes e outras contas a Receber

Os clientes e outras contas a receber está mensurado pelo método do custo estando deduzidas no Balanço de eventuais Perdas por Imparidade. As dívidas dos clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que a Instituição não aplica juros de mora.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado regulamentado, são mensurados pelo justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em Bancos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros, encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os financiamentos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

b) Outras políticas contabilísticas

Não foram utilizadas outras políticas contabilísticas na preparação das demonstrações financeiras, diferentes das estabelecidas pelas NCRF-ESNL.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos a períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Entidade foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações

financeiras. As estimativas contabilísticas mais significativas, refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e registros de imparidade dos ativos.

3.3 Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. Nos restantes estabelecimentos da Congregação não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.4 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram qualquer alteração de estimativas contabilísticas. Nos restantes estabelecimentos da Congregação não se verificaram quaisquer alterações nas estimativas.

3.5 Correção de erros de períodos anteriores

Não existem quaisquer erros materialmente relevantes de períodos anteriores, com impacto nas demonstrações financeiras do período.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

4.2 Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

4.3 Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equip. transporte	Equip. admin.	Ativos biológicos	Outros activos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios				

Centro Social da Divina Providência

usadas nos ativos fixos tangíveis								
Vidas úteis	---	---	10-40 anos	3 - 16 anos	---	3 - 16 anos	---	4 - 16 anos
Taxas de depreciação	0%	0%	10,00% - 2,50%	33,33% - 6,25%	---	33,33% - 6,25%	---	25,00% - 6,25%
Métodos de depreciação	---	---	Método linha reta	Método linha reta	---	Método linha reta	---	Método linha reta

4.4 Montante a natureza dos bens do domínio público, do património histórico, artístico e cultural e outros ativos fixos tangíveis

A reconciliação da quantia escriturada dos activos fixos tangíveis em 2017 e 2016, são apresentadas no quadro seguinte:

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Deprec. e Imp. cum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Deprec. e Imp. cum.	Quantia Bruta
Outros activos fixos tangíveis	2.774.556,65	1.181.587,36	1.592.969,29	2.803.751,03	1.227.003,65	1.576.747,38
Total	2.774.556,65	1.181.587,36	1.592.969,29	2.803.751,03	1.227.003,65	1.576.747,38

A quantia escriturada bruta, no início e fim do período, das aquisições, revalorizações, alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Bens do domínio público	Bens do Património HAC	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
Activos	0	0	2.803.751,03	2.803.751,03
Saldo Inicial			2.774.556,65	2.774.556,65
Aquisições			29.194,32	29.194,32
Alienações			0,00	0,00
Transf. e abates			0,00	0,00
Revalorizações			0,00	0,00
Outras variações			0,00	0,00
Saldo Final			2.803.751,03	2.803.751,03
Depr. acumuladas	0	0	1.227.003,65	1.227.003,65
Saldo Inicial			1.181.587,36	1.181.587,36
Depr. do Exercício			45.416,29	45.416,29
Perdas Imparidade			0,00	0,00
Reversões Perdas			0,00	0,00
Alienações			0,00	0,00
Transf. E abates			0,00	0,00
Outras variações			0,00	0,00
Saldo final			1.227.003,65	1.227.003,65
Quantia Escriturada	0	0	1.576.747,38	1.576.747,38

4.4 Outras Informações

A Instituição não apresenta à data de 31 de Dezembro de 2017, quaisquer restrições de titularidade de activos, nem activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos. Também não apresenta quaisquer compromissos contratuais assumidos para aquisição de activos fixos tangíveis.

Não existem actualmente, itens do activo fixo tangíveis valorizados por reavaliações efectuadas.

A Instituição não possui bens que possam ser classificados como bens do património histórico, artístico e cultural.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

A Instituição não possui à data de 31 de Dezembro de 2017 bens considerados intangíveis.

6. CUSTOS DOS EMPRESTIMOS OBTIDOS

A Instituição não suportou custos desta natureza, até à data do balanço, contratos de locação financeira ou operacional.

7. INVENTÁRIOS

7.1 Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários

Os inventários foram valorizados ao custo, incluindo todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. A forma de custeio usada foi o FIFO.

7.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Movimentos	2017			2016		
	Mercadorias	M. P., Sub. E Cons.	Activos Biológicos	Mercadorias	M. P., Sub. E Cons.	Activos Biológicos
Existências Iniciais	2.719,30	797,41	0,00	895,04	745,12	0,00
Compras	404,00	50.217,55	0,00	2.124,26	41.384,40	0,00
Autoconsumos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reg. Existências	0,00	17.405,38	0,00	0,00	20.890,06	0,00
Existências Finais	2.783,30	1.720,91	0,00	2.719,30	797,41	0,00
Custo do Período	340,00	66.699,43	0,00	300,00	62.222,17	0,00

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. Políticas contabilísticas para reconhecimento do réditto

O rédito, proveniente das prestações de serviços efetuadas pelas Entidade, é contabilisticamente reconhecido, pelo valor a receber dos clientes, à data da prestação do serviço.

8.2 Quantia significativa de rédito reconhecida durante o período

À data do balanço o rédito apresentado era composto pelos valores provenientes de:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2017			2016		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição % face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição % face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	340,00	0,02%	46,67%	300,00	0,02%	650,00%
Prestação de serviços	366.920,26	23,61%	12,09%	327.353,64	21,52%	3,45%
Subsídios à exploração	1.033.326,97	66,48%	-0,12%	1.034.528,66	67,99%	-0,15%
Reversões	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Rend.	152.813,72	9,83%	-3,84%	158.917,48	10,44%	91,75%
Juros	869,87	0,06%	90,11%	457,57	0,03%	-97,16%
Totais	1.554.270,82	100,00%	2,15%	1.521.557,35	100,00%	4,82%

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não foram registadas pela Entidade provisões, passivos contingentes e ativos contingentes durante o exercício económico de 2017 e 2016.

10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo destinados ao financiamento da atividade encontram-se registados como rendimentos operacionais pelo valor nominal das verbas atribuídas e reconhecidos de acordo com o ano civil a que respeitam.

Deste modo, as verbas atribuídas pelo Estado destinadas ao financiamento da atividade, subdividiram-se, para os anos 2017 e 2016, do seguinte modo:

Subsídios à Exploração	Ano 2017	Ano 2016
Centro Regional da Segurança Social	1.033.075,44	1.011.825,12
Creche Bom Samaritano	68.352,24	66.945,12
Lar Residencial Casa do Bom Samaritano	964.723,20	944.880,00
Instituto Emprego Formação Profissional	251,53	22.703,54
Total Subsídios à Exploração	1.033.326,97	1.034.528,66

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 Base de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compensação das demonstrações financeiras

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

- Clientes e utentes
- Fornecedores
- Outras dívidas a receber
- Outras dívidas a pagar
- Financiamentos obtidos

11.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos fundos patrimoniais

A composição desta rubrica no final do exercício económico de 2017 era a seguinte:

Rubricas / Fundo Social	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundos	1 451,28			1 451,28
Excedentes Técnicos	0,00			0,00
Reservas	15.000,00			15.000,00
Resultados transitados	1.959.069,11		-11.331,85	1.947.737,26
Excedentes de revalorização	0,00			0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00			0,00
Resultado líquido do período	-11.331,85		-59.690,64	-71.022,49
Total	1.964.188,54		-71.022,49	-1.893.166,05

11.3 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		2017			2016		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Clientes e utentes	600,00	0,00	600,00	1.290,00	0,00	1.290,00
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras dívidas a receber	8.641,42	0,00	8.641,42	18.820,79	0,00	18.820,79
	Fornecedores	8.278,63	0,00	8.278,63	6.405,15	0,00	6.405,15
Passivos financeiros	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras dívidas a pagar	132.931,25	0,00	132.931,25	72.287,33	0,00	72.287,33

12. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem remuneração, subsídio de alimentação, subsídio de Férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com pessoal suportado pela Instituição no decurso de 2017, foram:

Gastos com Pessoal	2017	2016
Remunerações do Pessoal	949.790,34	851.095,82
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos Remunerações Pessoal	188.990,00	156.051,00
Seguros Acidentes Trabalho	8.533,64	11.199,43
Outros Gastos	11.033,53	23.084,45
Total	1.161.347,51	1.041.430,70

Numero médio de empregados durante o ano

Pessoas ao serviço		
Descrição	Nº médio pessoas 2017	Nº médio pessoas 2016
Pessoas ao serviço, remuneradas e não remuneradas:	73	73
Pessoas remuneradas ao serviço	73	73
Pessoas não remuneradas ao serviço	0	
Pessoas ao serviço por tipo de horário:		
A tempo completo	71	71
A tempo parcial	2	2
Pessoas ao serviço, por sexo:		
Homens	8	8
Mulheres	65	65

Órgãos Directivos

Os órgãos directivos da Instituição, de acordo com os estatutos colaboram directamente na gestão da mesma, em regime de voluntariado, não sendo por isso remunerados.

órgãos		
Descrição	2017	2016
Administração (não aplicável à entidade)	---	---
Direção	5	5
Supervisão – Conselho Fiscal	3	3

13. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

14. AGRICULTURA

Não aplicável

15. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

16.1 Estado e Outros Entes Públicos

Os valores registados à data do balanço e reflectidos na consolidação dos valores apurados pelas diversas Entidades, na conta de Estado e Outros Entes Públicos, foram os seguintes:

Estado e Outros Entes Públicos	2017	2016
Imposto s/ Rendimento	0,00	0,00
Retenção Impostos s/ Rendimento	4.923,95	4.724,65
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	19.364,23	17.899,02
Outros impostos	0,00	0,00
Total	24.288,18	22.623,67

16.2 Diferimentos

A rubrica "Diferimentos" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Diferimentos	2017	2016
Ativo		
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2.720,49	780,26
Outros Gastos	0	0
Total	2.720,49	780,26
Passivo		
Rendimentos a Reconhecer		
Outros Rend. a Reconhecer		
Total	0	0

16.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Outros ativos correntes	2017	2016
Devedores por acréscimo de rend.	8.641,42	18.820,79
Outros devedores	0,00	0,00
Total	8.641,42	18.820,79

16.4 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Outros passivos correntes	2017	2016
Pessoal	0,00	4,00
Fornecedores de investimento	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	132.931,25	72.283,33
Outros credores	0,00	0,00
Total	132.931,25	72.287,33

16.5 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os valores da rubrica de caixa e depósitos bancários da Entidade, apresentava a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	6.508,47	749,38
Depósitos à ordem	43.566,34	69.559,01
Outros depósitos bancários	410.025,72	374.358,07
Total	460.100,53	444.666,46

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

16.6 Fornecimento e Serviços Externos

Os valores registados no exercício económico de 2017 e 2016 foram os seguintes:

Rubrica	2016	2017	Varição
Subcontratos	1.203,10	1.017,60	-185,50
Trabalhos especializados	9.353,01	8.853,51	-499,50
Publicidade e propaganda	40,00	0,00	-40,00
Vigilância e segurança	268,14	387,45	119,31
Honorários	20.489,35	18.845,97	-1.643,38
Conservação e reparação	32.129,41	56.896,67	24.767,26
Outros Serviços Especializados	55,00	0,00	-55,00
Ferramentas Utens. Desg. rápido	5.113,09	6.460,35	1.347,26

Centro Social da Divina Providência

Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00	0,00
Material de escritório	4.090,01	2.873,16	-1.216,85
Artigos para Oferta	508,80	1.487,53	978,73
Material Didático	864,49	656,63	-207,86
Outros Materiais	2.755,61	4.260,16	1.504,55
Electricidade	29.942,14	30.034,08	91,94
Combustíveis	7.313,14	7.687,53	374,39
Água	13.279,42	12.354,93	-924,49
Outros fluidos	26.620,18	30.999,34	4.379,16
Deslocações e estadas	1.602,68	1.265,42	-337,26
Rendas e alugueres	885,60	1.974,50	1.088,90
Comunicação	3.849,40	4.573,74	724,34
Seguros	1.739,71	1.784,42	44,71
Contencioso e notariado	125,00	0,00	-125,00
Despesas de Representação	0,00	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	17.151,32	16.689,58	-461,74
Outros F.S.Externos	3.307,92	3.222,00	-85,92
Rouparia	2.537,70	38,80	-2.498,90
Vestuário e Calçado de Utentes	2.437,96	4.150,55	1.712,59
Encargos Saúde com Utentes	30.241,67	30.863,87	622,20
Despesas c/ Funeral Utentes	2.066,14	1.480,00	-586,14
Outras Despesas c/ Utentes	461,61	2.361,89	1.900,28
Total	220.431,60	251.219,68	30.788,08

16.7 Descrição das responsabilidades da Entidade por garantias prestadas

Informação não aplicável à Entidade.

Fátima, 14 de Maio de 2018

A Direção,

Henric José D. Costa Lima
Maria Helena Teixeira Teixeira
Isabel Celestina Camacho Freitas

A Contabilista Certificada

N.º77014

Sónia Martins